

FETICHISMO E ALIENAÇÃO NO TRABALHO DO PROFESSOR PESQUISADOR

FETICHISM AND ALIENATION IN THE PROFESSOR'S WORK RESEARCHER

Sílvia Alves Santos¹Julia Malanchen²

RESUMO

O presente artigo objetiva mostrar como o mecanismo da alienação incide nas práticas universitárias de professores pesquisadores. Analisamos que, a alienação, por vezes, contida nas práticas universitárias, nem sempre é reconhecida no processo de produção científica, por motivos que vão desde o reconhecimento ou status acadêmico à necessidade de complementação financeira por meio de projetos de pesquisa, bolsas produtividade, participações em bancas, entre outros. A análise aqui pretendida busca evidenciar as pressões que incidem sobre os professores pesquisadores. Tentamos compreender como as relações dos processos de produção na sociedade capitalista aos poucos vão redefinindo o trabalho dos docentes nas universidades públicas. Pretendemos um diálogo que busca elucidar o possível “seqüestro da subjetividade” envolvida na produção científica de professores pesquisadores na universidade pública brasileira, a partir do modelo de avaliação da Capes, incidindo diretamente nas práticas universitárias, criando consequentemente uma nova cultura universitária.

Palavras-chave: Produtividade; Ensino Superior; Trabalho

¹Doutora em Educação pela UFSCar. Docente na Universidade Estadual de Londrina no Centro de Educação, Comunicação e Artes. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Marxismo na Universidade Estadual de Londrina.

²Doutora em Educação Escolar pela UNESP/Araraquara. Pós-doutorado no Institute of Education – University College of London. Professora Adjunta no Centro de Educação, Letras e Saúde e no Programa de Pós-Graduação em Ensino na UNIOESTE/Campus de Foz do Iguaçu, PR. Membro do grupo de pesquisa “Estudos Marxistas em Educação” da UNESP/Araraquara e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – “HISTEDOPR”.

Docente.

ABSTRACT

This article aims to show how the mechanism of alienation affects the university practices of research professors. We analyze that the alienation, sometimes contained in university practices, is not always recognized in the process of scientific production, for reasons ranging from recognition or academic status to the need for financial complementation through research projects, productivity grants, participations in pews, among others. The analysis sought here seeks to highlight the pressures on the research professors. We try to understand how the relations of the processes of production in capitalist society are gradually redefining the work of teachers in public universities. We intend a dialogue that seeks to elucidate the possible “subjectivity hijacking” involved in the scientific production of research professors at the Brazilian public university, based on Capes’s evaluation model, directly influencing university practices, thus creating a new university culture.

Keywords: Productivity; Higher education; professor’s Work.

INTRODUÇÃO

As políticas da educação superior têm sido ao longo do tempo, objeto de análise de muitos pesquisadores, principalmente daqueles que se organizam em torno de associações, sindicatos, ou mesmo dentro das universidades onde atuam e desenvolvem seus projetos de pesquisa.

Expressando essas iniciativas, torna-se relevante complementar essas análises coletivas com uma reflexão que busca compreender como se conjectura e desenvolve o trabalho do professor pesquisador no contexto de expansão da graduação e da pós-graduação no Brasil, buscando evidenciar como esse professor responde em sua prática universitária às mudanças mais amplas do processo produtivo na sociedade, sob o modelo capitalista de

organização.

Com as mudanças nos processos produtivos na sociedade, após a segunda metade da década de 1990, que teve repercussões também na universidade, o trabalho do professor pesquisador passou a ser de modo geral, intensificado³. Considerando o campo da educação superior sob as orientações demandadas por uma nova forma de gestão e de organização do trabalho, pode-se afirmar que, estas, tiveram estreitas relações com o processo de reestruturação do modelo de avaliação da Capes, como também, ao CNPq, quando induz, mesmo que indiretamente, os tipos de pesquisa a serem desenvolvidos pela via da disponibilidade de financiamentos.

Há que se considerar também, a dinâmica de intervenção dos pressupostos do mercado na indução das pesquisas, que repercutiu direta e indiretamente no cotidiano das universidades públicas, alterando as práticas universitárias, entre elas, a produção científica e o trabalho docente.

Numa perspectiva materialista, há que confrontar as práticas sociais na universidade num contexto ainda maior, cuja realidade é fundada no modo de produção capitalista e, portanto, nas relações de reprodução dos interesses do capital, de modo a continuar se reestruturando por meio de novos modelos de gestão do trabalho.

Para este artigo utilizamos parte do depoimento de um docente de uma universidade pública. O dado fez parte de um trabalho de pesquisa mais adensado, cujos critérios e análises estão contidos numa tese de doutorado. A escolha por tal instrumento se deu pelo fato, deste, permitir a captação imediata e corrente da materialidade da prática social universitária de modo específico, e correlacioná-la ao contexto maior de reprodução de mecanismos que mobilizam a conservação de interesses de mercado que adentraram no cotidiano das universidades.

Tomando esse contexto prescritivo como ponto de partida, iniciamos um diálogo tentando elucidar o fetiche do produtivismo e a possível alienação envolvida na produção científica de professores pesquisadores, incidindo diretamente em mudanças nas práticas universitárias, criando conseqüentemente uma nova cultura universitária.

1.1 FETICHISMO, PRODUTIVISMO E ALIENAÇÃO: REFLEXOS NA CULTURA UNIVERSITÁRIA

³ Sobre a intensificação do trabalho docente ver Silva Jr e Sguissardi (2009).

O termo fetichismo, segundo Duarte (2004, p. 1), expressa um fenômeno cuja essência tem origem religiosa, de culto a algum deus. O autor define-o propriamente como sendo a “adoração de um objeto feito pelo homem ou pela natureza”. Elucidar o conceito dos fatos ou objetos é papel daqueles que produzem e divulgam o conhecimento científico. Para tanto, compreender como o fetichismo e a alienação se desenvolvem no espaço da universidade implica reconhecer, antes, a necessidade de desvelar o que se encontra no mundo da pseudoconcreticidade, como afirma Kosik (2010), como também, entender as relações entre esses dois termos na dinâmica de produção do conhecimento científico.

Ocorre que, diante dos muitos fetichismos e alienações que são produzidos numa sociedade calcada no modo de produção capitalista, resta lembrar que o espaço da universidade pública não ficaria imune às investidas desses fenômenos. Em se tratando da forma como esses fenômenos se concretizam nas práticas universitárias, tomamos como exemplo o processo de produção do conhecimento, que nas atuais formas de valoração, correspondem a uma mercadoria que pode ser vendida ou trocada, segundo as orientações do mercado, utilizando-se, por vezes, da força de trabalho de professores e alunos que desenvolvem pesquisas.

Ocorre que no mercado há um processo de compra e venda de mercadorias, e esse processo apresenta-se aos olhos dos seres humanos como sendo uma relação entre coisas, isto é, a aparência é a de que as relações estabelecidas no mercado seriam relações entre os objetos, quando, na verdade, são relações sociais. É a atividade humana de trabalho que é trocada no mercado. Aquilo que se mostra aos sentidos humanos como sendo uma relação física entre coisas é uma relação social, uma relação entre pessoas. Assim como o bezerro de ouro não tinha nenhum poder por si mesmo, pois quem tem o poder na verdade são os seres humanos, também as mercadorias não tem em si mesmas a capacidade de se trocarem umas pelas outras, o que possibilita essa troca são as relações sociais. É assim que surge o fetichismo da mercadoria (DUARTE, 2004, p. 10).

De forma muito semelhante, na universidade, verifica-se um movimento produtivista muito enaltecido por professores pesquisadores, no intuito de acompanhar as demandas exigidas no âmbito da universidade, como também fora dela, por meio das agências reguladoras e financiadoras da produção científica. No entanto, paralelamente, percebe-se que nem todos os docentes que desenvolvem pesquisa e são pressionados à publicação,

compactuam com essa prática. Exemplos vivenciados em redes de pesquisas sobre trabalho docente já nos mostram que a visão sobre essa cultura produtivista rompe com o caráter histórico de reflexão e comprovação cuidadosa do conhecimento científico, porque há uma pressão para colocá-lo rapidamente em circulação nas “prateleiras” do mercado educacional das editoras ou dos periódicos qualificados.

Esse movimento aproxima-se daquilo que Duarte (2004) apresentou anteriormente, baseado na obra *O capital* de Marx, o fetichismo da mercadoria, pois nesse contexto do conhecimento científico transformado em mercadoria, o pesquisador passa, também, a ser peça que pode ser substituída a qualquer momento no mercado, caso sua produção não seja extensa e qualificada. De maneira muito precisa, visualiza-se o fetichismo da produção acadêmica, desconsiderando as condições objetivas que se tem para produzir. As relações de trabalho, as relações de venda ou troca do conhecimento transformaram-se em práticas naturalizadas.

A produção, quando já é comandada pelo capital, além de produzir a mais-valia, também produz um sistema de exploração e dominação geral das propriedades naturais e humanas tendo como suporte a ciência. Ou seja, ela realiza a apropriação através da ciência, não da violência e do poder pessoal, colocando o saber científico ao seu serviço, na espécie de capital fixo, diferentemente do escravo, que é apropriado pessoalmente, e não socialmente. Essa apropriação do conhecimento científico nada custa ao capital, o que não ocorre com o escravo, enquanto uma modalidade de capital fixo. A ciência se apresenta, perante o capital, como um “saber acumulado da sociedade” (“ciência experimental, ciência que se objetiva e é materialmente criadora”) (HIRANO, 2001, p. 12).

Paralelamente á discussão do fetiche do produtivismo na universidade, visualiza-se um processo de alienação na produção do produto, embora não compreendido ou aceito como tal pelos sujeitos produtores. Conjectura-se assim aquilo que Marx previu:

A alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria actividade produtiva. Como poderia o trabalhador estar numa relação alienada com o produto de sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio acto da produção? (MARX, 1964, p. 161).

O termo “alienação”, apresentado por Saviani (2004), percebe etimologicamente a derivação do adjetivo latino *alius*, *alia*,

aliud. Alius significa simplesmente “outro”. Segundo o autor, é deste adjetivo que deriva as palavras “alienar”, “alienação” e “alienado”. Alienação e fetichismo no processo de produção científica, nos atuais modelos de avaliação da pesquisa, pode-se afirmar que se entrecruzam no processo. Entretanto, esse termo terá significações diversas em determinados períodos históricos, mas, é com Karl Marx, nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, que o significado de “alienação” é desenvolvido a partir da compreensão de razões históricas mais amplas e, por vezes, contraditórias. Vê-se que, para Marx, a alienação ocorre nas relações sociais objetivas, propriamente através do trabalho, onde este determina a relação entre os homens, distinguindo-os entre operários e não-operários.

A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objecto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objecto se torna uma força hostil e antagonica (MARX, 1964, p. 160).

Concebida desse modo, a alienação, representa o não reconhecimento pelo próprio homem dos produtos que ele produz, como também, da atividade que realiza para produzir. Os produtos que ele produz são externos a ele, e a sua atividade (o trabalho) também é externa porque não lhe pertence, é um elemento de expropriação de sua força de trabalho, e caracteriza-se assim como um trabalho alienado.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção directa a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias, produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção que produz bens (MARX, 1964, P. 159).

De forma semelhante, como parte de uma sociedade produtiva, o espaço da universidade também é caracterizado por complexos processos de trabalho, que repercutem nas relações dos sujeitos que dela fazem parte, ora contribuindo para a emancipação dos homens por meio de sua atividade, ora reproduzindo processos alienantes por meio da própria atividade, ou seja, da própria

produção de sua existência.

Os processos de alienação no trabalho docente nem sempre se mostram de forma visível e aceitável. Identificar que está alienado ao movimento do produtivismo acadêmico requer a superação de estratégias e práticas individualizadas e competitivas no ambiente da academia. Para tanto, essa iniciativa, depende em grande parte das condições objetivas de trabalho que se tem hoje nas universidades públicas, reconhecendo que há um movimento de precarização do trabalho docente, atingindo primeiramente a questão salarial, seguida dos regimes de trabalho e contratação, além da sobrecarga de atividades docentes e administrativas na graduação e na pós-graduação. Enfim, o reconhecimento de um processo alienante não ocorre descolado das condições objetivas que se vive, ou que se precisa para viver.

Observa-se nos últimos anos, cada vez mais a precarização das condições de trabalho nas universidades públicas mediante o sucateamento das mesmas. Esse sucateamento vem acompanhado da diminuição de contratações via concursos públicos e aumento significativo de regimes de trabalho terceirizados, aqueles cujos contratos são precarizados tanto no regime quanto na remuneração, além da sobrecarga de atividades.

Visualiza-se nesse contexto, a expansão do professor “horista” aquele que não tem condições de desenvolver outras atividades, como pesquisa e extensão, porque grande parte de sua carga horária está voltada apenas para ministrar aulas.

Pode-se dizer que o trabalho de produção científica desenvolvido nas universidades e centros de pesquisa, no contexto do modo de produção capitalista, passa a pertencer ao movimento do capital, que por sua vez, transforma esse trabalho em um pêndulo, que de um lado pressupõe prazer e realização pessoal, com reconhecimento acadêmico e status social, e de outro, legitima um processo de alienação, por meio da captura da subjetividade.

Desse modo, conclui-se que o trabalho dos pesquisadores, na produção de ciência e tecnologia, são forças que pertencem ao capital e que por isso mesmo são moldadas conforme o movimento pendular que este dá ao trabalho, ora como criador de utilidade, ora como forma de apropriar-se do mecanismo da mais-valia.

No âmbito objetivo das relações sociais, a mais-valia se esconde sob a ilusão de uma sociedade de vendedores de trabalho materializado, ou ainda, na pretensa autonomia do trabalho imaterial superqualificado dos professores

pesquisadores (SILVA JUNIOR; PINTO E SILVA, 2009, p.50).

A cultura universitária contemporânea possui características muito peculiares com o modo de produção em que se insere. Considerando, de forma ampla, que uma cultura representa o modo de vida e produção de um grupo social, tomamos o contexto atual do modo de produção capitalista para mostrar como as mudanças na instituição universitária, após Reforma do Aparelho do Estado em 1995, foram expressando as correlações de forças entre os objetivos da universidade e os interesses do setor produtivo, mudando substancialmente as condições e relações de trabalho no espaço universitário, bem como, a produção do conhecimento.

O ambiente da academia passou a configurar-se como um espaço de competição. O conhecimento lá produzido, não sem resistências por grupos contra-hegemônicos, passou a ser estipulado por razões de mercado. Atualmente o prestígio e o status de trabalhar numa universidade pública só são conferidos mediante a apresentação e exposição da quantidade de artigos qualificados, orientações de mestrado e doutorado, publicação de livros, relatórios de pesquisa, enfim, atributos que não se quantifica de forma imediata, demandam um tempo de reflexão e amadurecimento intelectual. A produção do conhecimento na universidade passa pela compreensão das relações sociais mais amplas que impõem movimento a essa demanda.

Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que os determinantes internos da ciência e da comunidade científica apresentam-se sempre mediatizados historicamente e socialmente. Se a ciência contribui para esse fazer, torna-se, pois, fator de desenvolvimento, isso não significa que a atividade científica, como já assinalado, precise estar estreitamente vinculada às necessidades imediatas do sistema produtivo. [...], observa-se que há modos distintos de apropriação do saber produzido pela universidade, que de um lado, atende muitas vezes às forças políticas atuantes fora dela, de modo organizado, e de outro, à correlação de poder que essas forças estabelecem no jogo político nacional, estadual ou local (FÁVERO, 2003, p.181).

Considerando as finalidades da universidade, somos levados a compreender também que a partir da segunda metade dos anos noventa, a universidade pública brasileira sofreu modificações substanciais em sua dinâmica organizativa em relação ao trabalho docente. A competição estendida entre professores e alunos, prin-

principalmente nos programas de pós-graduação, por publicações, exigindo uma sobrecarga de trabalho, tornou-se o parâmetro do trabalho de pesquisa a ser desenvolvido neste espaço de produção de conhecimento crítico.

Desde essa reconfiguração, de mudanças no cotidiano da produção científica na universidade, é que temos visualizado o crescimento alucinante de produtos na forma de artigos, dissertações e teses, que mostram o avanço da produção em decorrência das pressões exercidas pelas agências científicas de financiamento e avaliação da pesquisa no país. É visível uma incitação à produtividade quantitativa em detrimento da qualitativa. Grande parte desse processo explica-se pela orientação empresarial dada à ciência produzida na universidade, cujas exigências dos editais potencializam a reprodução dos interesses do capital, que por sua vez, ditam o perfil da pesquisa que deve ser desenvolvida e valorizada, mediante as parcerias público-privado.

O modelo adotado para avaliar a produção científica das universidades públicas passa a articular alguns elementos que modificaram substancialmente a oferta e a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. Tais elementos, foram e, ainda são representados por fatores como: racionalização de recursos – o que, implicou posteriormente a corrida por financiamentos por meio dos editais de pesquisa lançados pelo CNPq ou pelas agências estaduais e privadas de fomento à ciência e tecnologia; além da imposição de um modelo de avaliação com características empresariais, que se destacam os rankings de instituições, professores e alunos por meio do denominado produtivismo acadêmico, entre outros que fragilizam o caráter histórico dessa instituição.

A universidade é cada vez mais uma empresa e aqui dentro a concorrência está ficando violenta. Nessa concorrência o problema não é perder o emprego como na empresa privada; no caso, aqui, os professores não serão despedidos, não é isso, eles têm a estabilidade, a não ser que aconteça alguma coisa, que abra um processo e tal, mas é diferente. Mas a concorrência interna é muito mais no ocupar os espaços do saber. Na verdade, é um espaço de relações de poder e nesse mecanismo das relações de poder as pessoas buscam afirmação e essa afirmação favorece um pouco essa política da produtividade (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2009, p.181).

Um dos principais desdobramentos desse processo recai sobre os alunos e professores da pós-graduação *stricto sensu*, em

que, a dinâmica produtivista passa a ser parâmetro de notas e rankings no espaço acadêmico, assemelhando-se muito de perto ao que ocorre nas empresas, com a premiação de funcionários que se destacam em vendas de determinado produto.

Numa perspectiva estatística, fica claro que, as exigências de produtividade no sentido de acompanhar a expansão da pós-graduação brasileira, resultam do modelo atual de avaliação da pós, cujos meios para aquisição dos dados são coletados mediante a Plataforma Sucupira, que trata-se de um relatório na forma de formulários técnicos, encaminhados aos programas de pós-graduação para preenchimento da produção docente e discente num determinado período. Esta avaliação é mensurada em conceitos que variam de 3 a 7. Esse processo avaliativo propicia o desencadeamento de relações competitivas nos departamentos e áreas do pesquisador, resultando ora em prestígio acadêmico, ora em adoecimentos físico-mentais. Encontramos em Silva Jr. e Sguissardi (2009) elementos que caracterizam de algum modo esse movimento.

Por um lado, há uma quase unanimidade no reconhecimento da deterioração das condições de trabalho e da sua intensificação e precarização, em que a competição e a busca por “saídas” e alternativas não são jamais escamoteadas; por outro, parece estranho ou incompreensível ao observador externo que se mantenha uma aparentemente inalterada fidelidade a uma carreira e trabalho com tantos sinais reveladores de uma crise de elevadas e crescentes proporções (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2009, p.184).

Considerando esse contexto, a cultura universitária conforma-se a um tipo de produção que intensifica e extensifica o trabalho dos sujeitos que desenvolve pesquisa na universidade. Até então, esse caráter produtivista estava socializado e internalizado no ambiente da pós-graduação, mas podemos perceber que essa cultura produtivista passa, de forma mais evidente na primeira década dos anos 2000 e se estender também aos cursos de graduação, incitando-os, mesmo que indiretamente, a uma acentuada concorrência por vagas em projetos de pesquisa ou nos editais para concorrer bolsas de Iniciação Científica.

O que se pode depreender de todo esse processo é que a produção científica tomou um lugar central na preparação e qualificação para o atendimento das demandas e perfis do setor produtivo. O domínio do conhecimento e da tecnologia informacional passou a ser força motriz para demonstrar o potencial de

crescimento do país. Cresceu a disputa pela produção de ciência e tecnologia, mesmo entre os países periféricos, na tentativa de alcançar o respeito e o lugar no mercado mundial de produtos.

Do movimento de produtividade intensificada quanto a publicações, notas e rankings, que se iniciam desde a graduação, pode-se dizer que impera a naturalização do produtivismo acadêmico (expressão usada e desenvolvida por Silva Júnior e Sguissardi, 2009), elemento este, que por sua vez, tende a orientar majoritariamente as práticas universitárias, com claros objetivos de consolidar a elitização da pesquisa, além de secundarizar o tradicional e histórico modelo de transmissão e produção do conhecimento nas salas de aula e incitar a concorrência entre os pares.

1.2 AS CONSEQÜÊNCIAS DO “VÍCIO” EM PUBLICAÇÕES PARA PROFESSORES PESQUISADORES

O comentário a seguir ilustra parte do processo de intensificação do trabalho docente que se conjectura na pós-graduação, mas que, atualmente, tem se alastrado também na graduação. Trata-se de um depoimento realizado com um docente de uma universidade pública paranaense, cujos contornos, removendo as especificidades locais, assemelham-se, de modo geral, as dinâmicas existentes em todas as instituições de ensino superior públicas, independente de sua esfera de regulação (federal, estadual ou municipal).

[...] assim, a avaliação do programa depende do conjunto da área da educação. É preciso ter curso 6 e 7, aumentar esse número, ter um 7 pelo menos, porque nós não temos. Para você poder crescer, outros vem para 4, outros para 3, e para manter o padrão. Enfim foi um trabalho assim, que tomou acho que 99% do meu tempo e atenção nesse último triênio, mesmo assim eu sempre tive com a graduação, eu sempre tive com aluno de iniciação científica e com meus projetos de pesquisa. Eu consegui nesse triênio uma bolsa de produtividade e agora nosso esforço é para que mais docentes pleiteiem. Aquilo que eu estava te dizendo, eu nunca tive medo de tentar. As pessoas dizem, nossa! Mas bolsa de produtividade é muito difícil! São muito poucas e é para “aqueles” cursos.

A preocupação com os critérios de avaliação da Capes ou do CNPq, atrelados às exigências de produtividade, cujo retrato fica exposto na vitrine do currículo lattes, na plataforma do CNPq, deixa professores pesquisadores em situações de estresse constante, o

que nos permite deduzir uma espécie de necessidade constante de aprovação, chegando a um estágio de “vício”, como mostra a seguir o depoimento de um professor pesquisador a respeito da intensificação do trabalho docente numa pesquisa realizada por Silva Jr. e Sguissardi em universidades federais.

Uma coisa que eu sempre costumo falar, é que a pessoa, quando é pesquisadora, é quase como um distribuidor de droga, porque isso pega. E eu acho que o pessoal que lida com isso sabe dessa verdade, então usa e abusa da gente por causa disso. Porque você só faz ciência realmente se tiver uma paixão fora de série, porque é uma profissão que exige muito tempo da vida. Exige você sair fora um pouco da sua família porque você não tem um horário de trabalho, o trabalho avança, avança à noite na sua casa. Você leva artigos pra ler, você leva relatório pra ler, você está o tempo todo com a sua cabeça tentando responder aquela pergunta ou aquele questionamento que você está interessado em resolver. É isso que você faz com paixão. Eu costumo falar isso para os meus alunos: “Acabou o trabalho! Não é mais trabalho! É uma paixão!” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2009, p.184-185).

O trabalho desses sujeitos avoluma-se de tal forma que às vezes nem se dão conta de que passou mais de oito horas no laboratório, ou no computador da sala de permanência na instituição de trabalho ou em casa, terminando “aquele” artigo para publicação, ou mesmo preparando as aulas da graduação ou da pós-graduação, ou ainda, lendo as teses e dissertações dos orientandos durante a madrugada. Enfim, são práticas que se tornaram comuns entre os docentes pesquisadores, que na verdade concretizam uma corrida desumana para dar conta das exigências por qualificação, por produtividade, ou por aceitação e permanência no concorrido mundo da academia, ou mesmo por condições econômicas, no sentido de garantir um incremento salarial com as bolsas de produtividade do CNPq.

Sob estas condições, professores e alunos passam por aquilo que se denomina “seqüestro da subjetividade”, onde não há mais tempo para a vida pessoal, não há um limite entre a esfera do trabalho e o lar. Atividades de lazer individuais ou coletivas, cinema, viagens ou mesmo um simples descanso de final de semana, transformou-se em atividades eventuais para alguns docentes. Ou ainda, não há o reconhecimento da intensificação do trabalho por parte dos próprios pesquisadores.

O conformismo ou a alienação parecem poder justificar-se pelo prazer do trabalho. O trabalho já não é mais trabalho, é pura paixão ou puro prazer que liberariam de culpa toda a eventual transgressão das regras da convivência familiar e das relações de trabalho. Não se negue o prazer da descoberta, do trabalho com resultados alcançados, mas a questão que se põe diante de tais depoimentos é sobre a fronteira entre o racional e politicamente aceitável e o irracional e eventual produto de conformismo e alienação (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2009, p.185).

A força de trabalho empregada para a produção de ciência e tecnologia na universidade pública, por meio das práticas universitárias, de professores e alunos, em grande parte, mistifica o caráter da mercadoria, ora impresso no cotidiano da produção de pesquisas nas universidades. Os produtos do trabalho dos sujeitos que produzem pesquisa, diretamente ou indiretamente, entram para o campo da produção como mercadorias, na forma de produtos materiais ou imateriais. O produto do trabalho de professores e alunos pesquisadores torna-se mercadoria, que será vendida a preços abusivos e que muitas vezes, os sujeitos que a produziram nunca irão consumi-la. Assim se apresenta o movimento de exploração da força de trabalho humana também por meio da produção científica nas universidades públicas.

No âmbito objetivo das relações sociais, a mais-valia se esconde sob a ilusão de uma sociedade de vendedores de trabalho materializado, ou ainda, na pretensa autonomia do trabalho imaterial superqualificado dos professores pesquisadores (SILVA JUNIOR; PINTO E SILVA, 2009, p.50).

Ou ainda nas palavras de Marx:

Como nenhuma mercadoria pode figurar como equivalente de si mesma, portanto tão pouco podendo fazer de sua pele natural expressão de seu próprio valor, ela tem de relacionar-se como equivalente a outra mercadoria, ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor (MARX, s.d., p. 184)

Em síntese, a análise aqui desenvolvida, indicou as pressões que incidem sobre os professores pesquisadores. Buscamos as relações dos processos de produção na sociedade capitalista, que aos poucos vem redefinindo o trabalho dos professores nas universidades públicas. Não nos surpreende que o trabalho dos professores e alunos, assim como outras práticas laborais, seja um campo que acompanha as tendências de flexibilização e precari-

zação, próprias do modelo capitalista de organização do trabalho. Como também não nos surpreende que a produção científica, no estágio atual da sociedade capitalista, (cujas reestruturação do capital também passa pelo espaço da universidade), a ciência aqui produzida e os produtos derivados dela, estejam engajados aos interesses de reprodução desse modelo e, por isso, mesmo adapta os elementos de competitividade, individualismo e produtividade nas práticas sociais universitárias, característicos do próprio modelo de sobrevivência nessa sociedade.

E para de fato finalizar, reconhecemos a importância da produção científica, tanto na graduação como na pós-graduação para o desenvolvimento social, entretanto, defendemo-la mediante parâmetros construídos pelos sujeitos que a produzem e divulgam na universidade e não somente pelos critérios estipulados pelos editais, cujas raízes, desembocam, em grande parte, nos interesses econômicos do setor empresarial.

O processo de resistência das investidas dos interesses do capital na produção de ciência e tecnologia, nas universidades públicas, passa pelo reconhecimento das condições objetivas que se tem para lutar e resistir, como também pelos motivos que produziram essa nova "cultura universitária produtivista".

REFERÊNCIAS

DUARTE, Newton. Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004.

FÁVERO, Maria de L. de A. Universidade, espaço de produção de conhecimento e de pensamento crítico. In: DOURADO, Luiz. F.; CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João F. de. Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo, Xamã, Goiânia, Alternativa, 2003.

HIRANO, Sedi. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2001.

KOSIK, K. Dialética do concreto. 8ª reimpressão, RJ: Paz e Terra, 2010.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Edições 70. Tradução de Artur Morão, 1964.

_____. A mercadoria. In: O capital. Tomo I Vol. 1, s.d.. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acervo_marx.html.

SAVIANI, D. A perspectiva marxiana do problema subjetividade e intersubjetividade. In: DUARTE, Newton. Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; PINTO E SILVA, Eduardo. O fetichismo do produtivismo acadêmico e a real intensificação do trabalho docente. Unicamp: Adunicamp, Ano 2, n. 3, maio, 2009.

SILVA JR, J. R.; SGUISSARDI, Valdemar. O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.